

Despesa anual é de US\$ 1,5 bilhão

32 O Grupo de Reforma e Modernização do Senado, formado por oito parlamentares, depois de dois meses de trabalho concluiu um levantamento sobre o que deve ser alterado na Casa. Um relatório de 100 páginas com análises e propostas foi enviado ao plenário. De acordo com este relatório, a reforma do Senado é emergencial. As despesas da Casa são de US\$ 1,5 bilhão por ano, para um universo de 10 mil funcionários, enquanto o Senado norte-americano gasta US\$ 1,96 bilhão empregando 31 mil servidores. Segundo o relatório, falta uma política de informações sobre o Senado e o sistema de informática é equivocado. Esses são alguns fatores, conforme avaliou o grupo, que reduzem a produtividade legislativa da Casa.

O grupo sugere mudanças administrativas, legislativas e orçamentárias. No campo administrativo, a proposta é proibir as obras realizadas sem aprovação do plenário — que avaliará o custo e projeto arquitetônico. Também o Prodasen e o Cegraf teriam seus serviços centralizados numa Comissão de Licitação. Ainda na reforma administrativa, a proposta é extinguir o Senadinho — antiga sede do Senado no Rio de Janeiro, o direito dado aos parlamentares de uma cota mensal de passagens

aéreas para a capital fluminense. A prioridade, para o grupo, é iniciar o processo pelas mudanças administrativas, sob orientação da Fundação Getúlio Vargas.

Mudanças — Mas o maior volume de alterações será no setor legislativo, a começar pela reforma e simplificação do regimento interno, prevendo obtenção de eficiência e rapidez processual. O grupo sugere ainda que a atuação dos lobistas seja fiscalizada, mediante de regulamentação, para garantir maior transparência. Se as propostas descritas no relatório forem aceitas pelo Senado, os parlamentares perderão a imunidade para os crimes comuns e terão seus direitos regulamentados por meio de projetos de resolução.

Para a reforma orçamentária, a sugestão é a de que a elaboração do Orçamento Geral da União aconteça a partir de ampla discussão de políticas públicas. Isto poderia evitar os cortes das dotações orçamentárias, por decisão unilateral do Executivo, e o contingenciamento de última hora. Segundo os parlamentares responsáveis pelo relatório, o ideal seria reunir com antecedência os representantes do Executivo, Legislativo e Judiciário, para discutir os números do Orçamento. (R.G.)